

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES  
CONCIDADES  
REALIZADA NOS DIAS 18 e 19/03/2005.**

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e cinco, às nove horas e trinta minutos, no auditório do Hotel St. Paul, situado no SHS – Setor Hoteleiro Sul – Quadra 02, Bloco H, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a quinta reunião ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades) sob a presidência da Secretária Executiva do Ministério das Cidades (MCidades), Sra. Ermínia Maricato que substituiu o Presidente do Conselho, Excelentíssimo Ministro Olívio Dutra que, juntamente com o Secretário de Habitação do MCidades Sr. Jorge Hereda estão em Aracaju acompanhando o Presidente da República. A Presidente Substituta convidou para compor a mesa os Secretários Nacionais do Saneamento Ambiental, Sr. Aberlardo de Oliveira Filho, do Transporte e Mobilidade Urbana, José Carlos Xavier, a Secretária de Programas Urbanos, Sra. Raquel Rolnik e a Secretária Executiva do Conselho das Cidades, Sra. Iria Charão. Composta a mesa, a Presidente Substituta saudou a todos os presentes e passou imediatamente a condução da reunião à Secretária Executiva do ConCidades Sra. Iria Charão que verificou o quorum e abriu a reunião com a presença de 54 Conselheiros titulares, 32 Conselheiros suplentes e 13 Observadores, conforme **Anexo I**, representados por 06 do Poder Público Federal, 04 do Poder Público Estadual, 06 do Poder Público Municipal, 19 de Entidades dos Movimentos Populares, 06 de Entidades Empresariais, 05 de Entidades de Trabalhadores, 05 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, 03 de Entidades Não-Governamentais, com o objetivo de apreciar a seguinte pauta: 1. Orçamento do Ministério das Cidades, 2. 2ª Conferência Nacional das Cidades, 3. Relato dos Comitês Técnicos, 4. Campanha Nacional sobre o Plano Diretor, 5. Metas do Milênio. Em seguida a Secretária Executiva do ConCidades solicitou aos representantes do MCidades que fizessem a exposição sobre o primeiro ponto da pauta: **1.Orçamento do Ministério das Cidades** . O Sr. Heleno Mesquita fez a exposição acerca do orçamento do FGTS, conforme **Anexo II**, demonstrando que no orçamento de 2005 houve ampliação da proposta orçamentária para 9 bilhões, distribuídos nas áreas de habitação popular (5,400 bilhões), saneamento (2,700bilhões), infra-estrutura (450 milhões) e operações especiais (450 milhões). Logo após o Sr. Laerte Meliga complementou a apresentação abordando o orçamento geral da União (OGU), conforme **Anexo III**. Apresentou planilhas contendo as principais ações do MCidades e as bases do projeto de lei do orçamento enviado ao Congresso. Demonstrou a evolução do orçamento do Ministério de 2003 a 2005; explicou como ocorre a execução orçamentária e quais os passos para a elaboração do orçamento. Após as exposições, a Coordenadora abriu o debate para o plenário se pronunciar. O Sr. Raul Carrion da UVB perguntou se no orçamento de 2005 houve contingenciamento e qual o percentual. O Sr. Eliomar Coelho da FRENVRU pediu esclarecimentos sobre a insuficiência de recursos do MCidades, como no caso dos metrôs. O Sr. Laerte Meliga explicou que o limite inicial do orçamento foi insuficiente para contemplar o ritmo adequado de obras dos metrôs e, em função desse reconhecimento, o MCidades foi autorizado a trabalhar para buscar emendas junto aos parlamentares; colocou que o decreto de programação orçamentária e financeira inicial destinou R\$ 730 milhões para o MCidades e o restante basicamente de emendas e dos metrôs, R\$ 2,1 bilhões está contingenciado. Continuando, a Coordenadora passou a palavra ao Sr.Eduardo Trani do Governo de São Paulo que após ter feito a soma dos

recursos destinados à habitação, afirmou que se o empenho foi de 300 milhões e o exercício pago foi da ordem de 102 milhões, o que significou que foram aplicados em torno de 30% da execução orçamentária dos recursos do OGU e, incluindo o PSH chegaria em torno de 60% de 2 investimentos. O Sr. Laerte Meliga argumentou que 80% do orçamento, disponibilizado no decreto, é liberado até agosto, e em dezembro os 20% restantes. Falou que o financiamento é trabalhado mês a mês; a cada mês é programada uma cota de financeiro para o MCidades. O Sr. Abelardo de Oliveira da SNSA ressaltou que a discussão a ser feita é sobre a qualificação do gasto público e que os recursos deveriam ser totalmente liberados quando do término das obras, pois isso evitaria problemas de desvio de recursos. Disse também que é necessário atentar aos diferentes conceitos dos termos utilizados na questão do orçamento, pois há diferença quando tratamos de FGTS e de OGU. O Sr. Wander da Silva da CONAM, em função dos números apresentados, perguntou sobre a média de aplicação das emendas parlamentares destinadas aos municípios. O Sr. Laerte Meliga afirmou que 100% das emendas liberadas no MCidades em 2004 foram emendas individuais. Das emendas de bancada poucas são liberadas. Por outro lado, esclareceu, que as emendas de bancada são também emendas individuais porque os parlamentares fazem acordos e dividem as emendas entre os municípios. A Coordenadora passou a palavra ao Sr. Eliomar Coelho da FREN AVR U que pediu esclarecimentos sobre a razão de não se trabalhar com a lei e remeter ao autógrafa, que é um certificado daquilo que foi aprovado no parlamento. Retomando a palavra o Sr. Laerte Meliga explicou que trabalha com a lei; acrescentou que a lei de responsabilidade fiscal obriga a União a trabalhar de acordo com a arrecadação; e todo esse processo é acompanhado pelo Congresso, através de relatórios de prestação de contas. O Sr. Heleno Mesquita acrescentou que o MCidades criou uma salvaguarda a mais no repasse de recursos, ou seja, só paga a última parcela quando o serviço já foi executado, pois um levantamento feito de anos anteriores comprovou que existem mais de 30 mil obras não encontradas. O Sr. Raul Carrion da UVB pediu esclarecimentos se no limite inicial estariam incluídos os “restos a pagar”. O Sr. Laerte Meliga respondeu que os “restos a pagar”, que é o orçamento do ano anterior que passou para o seguinte, estão incluídos na programação financeira, que serve para pagar o orçamento do exercício e “restos a pagar”. O Sr. Eliomar Coelho da FREN AVR U observou que há uma programação trimestral que deve ser cumprida quando se executa o orçamento. Nesse sentido, perguntou se existe coincidência entre o limite inicial e essa programação trimestral. O Sr. Laerte Meliga respondeu que a lei de responsabilidade fiscal exige uma avaliação quadrimestral da execução orçamentária e financeira. De acordo com essa lei o governo vai elaborando decreto para ampliar ou cortar limites. O Sr. Heleno Mesquita informou que em termos operacionais, o orçamento serve para assinar e empenhar o valor dos contratos das obras. Esclareceu que a execução da obra, mês a mês, faz parte do limite financeiro. O Sr. Ubiratan dos Santos da FISENGE sugeriu que a Secretaria Executiva do ConCidades elabore subsídios, em linguagem acessível, sobre OGU e sobre os outros recursos do MCidades. O Sr. Heleno Mesquita informou que o MCidades está elaborando um manual direcionado aos prefeitos onde são apresentados os programas desenvolvidos e as fontes de recursos – OGU, FGTS, etc. O Sr. Aser Cortines da CEF esclareceu que, em razão dos recursos estarem contingenciados, não foi possível a CEF, através do Programa Pró-Moradia, fazer as contratações previstas. Ressaltou que o empenho deveria ser condição para contratação, enquanto financeiro deveria ser garantido para realização de etapa de obra. Exemplificou dizendo que em alguns Estados está ocorrendo a seguinte situação: se contrata a obra, iniciam os trabalhos e não tem financeiro disponível, portanto,

a obra não anda. A Sra. Marli Verzeznassi da UNMP solicitou os critérios estabelecidos para decidir os projetos prioritários e solicitou também esclarecimento sobre a diferença entre “restos a pagar” processados e não-processados. O Sr. Laerte Meliga disse que “restos a pagar” processado seria o liquidado, faltando o pagamento e o não-processado são os restos a fazer. Quanto ao financeiro e orçamentário é trabalhado com a lógica da avaliação quadrimestral, que é encaminhado ao Congresso e é baseada na avaliação que o Tesouro vai tendo de acordo com a arrecadação para efetuar as liberações de recursos. O Sr. Raul Carrion da UVB disse que, na prática, o financeiro bloqueia o empenho, ou seja, a assinatura de contratos. Isso é fruto da política econômica ortodoxa, conservadora onde a liberação dos recursos para pagamento de dívida pública é imediata, o que não ocorre quando se trata de aplicar recursos na habitação, no saneamento. O Sr. Wander da Silva da CONAM afirmou que o orçamento precisa ser analisado de forma política. Deve contemplar duas prioridades básicas, a da qualidade de vida que inclui o desenvolvimento social, a habitação, o saneamento, o transporte entre outros e a segunda, o aquecimento da economia, de forma consistente, para que possamos retomar um patamar de emprego e de geração de renda. Sugeriu que o Conselho paute e discuta politicamente essa questão para que sejam destinados prioritariamente investimentos do OGU em habitação, pois se trata de uma grande parte da população que necessita dessa política e que é de baixa renda. O Sr. Demetre Anastassakis do IAB avaliou o esforço do MCidades em ser transparente na questão orçamentária mas acrescentou que falta didatismo para lidar com a questão. O Sr. Luiz Herllain da CMP avaliou que o tema dos recursos públicos é uma questão técnica complexa e nesse sentido reforçou a proposta de elaboração de subsídios que levem ao entendimento da dinâmica do orçamento público. O observador pelo Estado do Rio Grande do Sul Sr. Fernando Caetano sugeriu que o MCidades disponibilize as informações via internet. O Sr. Saulo Manoel da UNMP aproveitou para denunciar a não liberação dos recursos para um projeto de regularização fundiária que a entidade da qual faz parte encaminhou e foi aprovado em abril de 2004. Foi entregue a documentação, em junho, o contrato com a CEF foi assinado e o dinheiro ainda não foi liberado. Houve mobilização da comunidade e a decepção está sendo tão grande que a entidade está sujeita a ir parar na justiça. Ressaltou que houve desinteresse da CEF e a última informação obtida é que o dinheiro foi liberado, mas está preso no Tesouro Nacional. A Coordenadora solicitou que o representante da CEF se pronunciasse a respeito. O Sr. Aser Cortines da CEF justificou que este dinheiro não está na CEF e aproveitou para denunciar que isso tem ocorrido em relação a várias operações e que a CEF não pode ser responsabilizada, porque não tem o dinheiro para pagar. A Sra. Marli Verzeznassi da UNMP sugeriu que a elaboração da cartilha seja uma decisão de Plenário; sugeriu, também, um sistema de monitoramento por programa e que a CEF informe trimestralmente, dentro desse programa, o que está sendo realizado ou não. O Sr. Silvano Costa da ASSEMAE levantou a falta de definição dos “limites” pelo Ministério da Fazenda que permite a contratação de financiamento de obras de saneamento para 2005; os limites do FGTS não foram definidos pelo BC, portanto, o setor não tem possibilidade de contratar. Solicitou que o ConCidades se manifeste favoravelmente através da resolução que será apresentada posteriormente. O Sr. Abelardo de Oliveira da SNSA frisou a busca de uma nova cultura, pelo governo federal, de qualificar o gasto público. No diagnóstico da SNSA ficou comprovado que recursos do OGU, repassados em períodos anteriores, não se traduziram em benefícios reais para a população; foram obras como – estação de tratamento de esgoto que não tem coletor tronco, aterro sanitário que virou lixão, a rede coletora de esgoto seca, estação de tratamento que não trata esgoto, etc. Lembrou

que o processo de contratação, execução e desembolso de uma obra é demorado. Atentou para o fato de que se quer às vezes medir a eficiência do MCidades em valores pagos quando se trata de obras – não se pode medir pelo valor pago porque não depende do MCidades. O Sr. Laerte Meliga esclareceu que é possível usar todos os instrumentos – relatórios de avaliação enviados ao Congresso, sites dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento – para fazer o acompanhamento da execução orçamentária e financeira. Finalizou dizendo da dificuldade em elaborar o orçamento dentro de limites estreitos e reconheceu a falta de diálogo para fazer a programação, sendo preciso uma maior interação entre os 4 ministérios. A Coordenadora passou a palavra para a Presidente Substituta, Sra. Ermínia Maricato para finalizar o ponto de pauta. Esta reconheceu as dificuldades no entendimento do processo de realização orçamentária e que é necessário ampliar a capacitação e popularizar a temática. Lembrou que dois terços do orçamento do MCidades provém de emendas e, por isso, é necessário um maior envolvimento da sociedade civil para colocar as prioridades da política nacional de desenvolvimento urbano em discussão para sensibilizar o Congresso e orientar o uso do dinheiro das emendas nas diretrizes da política nacional de desenvolvimento urbano. Informou que foi criado um GT do Conselho Curador do FGTS sob a coordenação do MCidades, para discutir o desempenho orçamentário do mesmo. Dando continuidade, a Coordenadora encaminhou o próximo ponto de pauta: **2. 2ª Conferência Nacional das Cidades**, que iniciou informando o envio de ofício aos governadores – Ofício nº. 969 de 01.03.05 dando ciência da 2ª Conferência Nacional das Cidades, do regimento da mesma e da cartilha do ConCidades. A seguir encaminhou ao plenário uma divisão em grupos, por representantes de cada Estado, para aferir o andamento da organização das conferências estaduais. Os representantes do MCidades que acompanham os Estados coordenaram os grupos a saber: Sra. Iria Charão – Estados de MS, RS, RO, TO e PE; Sr. Daniel Nolasco – Estados do PI, CE e MT; Sra. Grazia de Grazia – Estados do ES, SE, RJ, MG e PA; Sra. Eunice Rossi – Estados do MA, AM, SC, PB; Sra. Evaniza Rodrigues – Estados do PR, BA, AC, AP e AL e Sra Sônia Alves – Estados de SP, DF, GO e RR. Após o tempo estabelecido, os representantes dos grupos apresentaram seus relatos, principalmente no que se referia ao andamento dos processos de preparação da conferência estadual. Surgiram duas propostas, apresentadas pelo grupo coordenado pela Sra. Grazia: 1) a prorrogação da data limite para a convocação da conferência por parte dos governos estaduais, de 20/03 para 31/03/2005 e 2) que as entidades membros do ConCidades, sejam automaticamente da comissão preparatória das conferências estaduais. As referidas propostas foram abertas para o debate e logo após submetidas à aprovação do Plenário. A primeira proposta foi aprovada por unanimidade e resultou no aditivo ao Regimento da 2ª Conferência mudando a data da prerrogativa de convocação dos governos estaduais. Entretanto a segunda proposta não foi aprovada, sendo sugerido recomendar aos Estados de que nos processos de organização das conferências estaduais integrem os conselheiros nacionais, principalmente nas comissões preparatórias. Dando prosseguimento a reunião, a Coordenadora passou a palavra a Presidente Substituta Sra. Ermínia Maricato que apresentou o documento elaborado como subsídio à 2ª Conferência, no debate da etapa municipal. Chamou a atenção sobre os quatro principais temas de debate contido no documento, nas informações sobre a 2ª Conferência das Cidades, Balanço das atividades do MCidades/ConCidades e as Campanhas de Mobilização do MCidades, em 2005. A seguir a Coordenadora colocou ao Plenário a Resolução elaborada pela Secretaria Executiva do Conselho das Cidades que faz um adendo ao Regimento Interno da 2ª CNC instituindo a Comissão Nacional de Recursos e de Validação

das Conferências Estaduais (Resolução nº. 26 – **Anexo IV**). Após a leitura e debate a resolução foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos a Coordenadora encaminhou o ponto seguinte da pauta - **3. Relato dos Comitês Técnicos**. Passou a palavra a Sra. Laila Nazem da SNH que relatou a reunião do Comitê de Habitação conforme **Anexo V**. A apresentação realizada compreendeu um balanço dos programas habitacionais por fonte de recursos, por perfil da população beneficiária e por execução orçamentária 2003, 2004 e metas 2005. Destacou-se a necessidade de mudar a lógica que existe sobre as emendas parlamentares, o uso dos recursos não orçamentários (fundos), a necessidade de debater a questão do risco referente aos financiamentos, avaliar os impactos sobre os agentes financeiros, sobre os mutuários, a importância de focalizar o programa pró-moradia para a reurbanização de favelas. Também foi ponto de pauta no comitê a apresentação da resolução 460 5 aprovada em dezembro no Conselho Curador do FGTS entre outros. Logo após, foram abertas as intervenções ao Plenário e o primeiro a falar foi o Sr. Luis Gonzaga da CMP que apresentou uma moção de repúdio pelos despejos violentos ocorridos em Goiânia conforme **Anexo VI**. A seguir, o Sr. Daniel Nolasco do MCidades informou as ações que estão sendo feitas, pelo MCidades e Governo Federal a respeito do acontecido em Goiânia. Afirmou que o MCidades se comprometeu a atender as famílias que ocupavam a área e que atendem aos requisitos básicos dos programas sociais do Ministério; foi assinado um protocolo de intenções, onde o município e o Estado vão adquirir áreas para assentar os desalojados e que o Ministro Olívio Dutra solicitou que a população participe diretamente da escolha das áreas. O Sr. Vidal Barbosa da UNMP complementou as informações dizendo que, o que está sendo feito não ameniza o problema da brutalidade praticada no ato do despejo. Infelizmente o Governo do Estado com a assessoria mal informada e mal intencionada, a serviço do capital imobiliário, autorizou o despejo de 12 mil famílias colocando em risco a vida de mulheres, crianças e idosos. As famílias atingidas concordaram em ir para outra área, e as providências para compra da área estão sendo encaminhadas, e estão na dependência da liberação dos recursos do poder estadual e local. A Coordenadora retomou a palavra e abriu para inscrições do Plenário. O Sr. Miguel Lobato do MNLM denunciou que no Pará desde agosto de 2004, 282 famílias estão acampadas no leito do Rio Tucunduva. Houve reunião com a Secretaria de Habitação e Saneamento de Belém, que entrou com pedido da área e que o impedimento existente é o repasse da terra que deve ser feito pela Secretaria de Patrimônio da União à Prefeitura de Belém. Sugeriu que o Mcidades criasse uma ouvidoria para os conflitos urbanos. O Sr. Daniel Nolasco leu a proposta de Resolução encaminhada pelo Comitê Técnico de Habitação que colocada em votação pela Coordenadora foi aprovada por unanimidade. (Resolução nº. 31 - **Anexo VII**). A finalidade da Resolução é 1) propor um processo de discussão entre os órgãos do Poder Judiciário e instituições essenciais à Justiça e o ConCidades no que diz respeito a atuação do Judiciário em conflitos relativos aos deslocamentos e despejos e 2) criar um grupo, no âmbito do Comitê Técnico de Habitação e Planejamento Territorial, com a finalidade de mapear os conflitos relativos a deslocamentos e despejos no país. A Coordenadora passou a palavra ao Sr. Abelardo da SNSA, para relatar a reunião do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental que se encontra expresso no **Anexo VIII**. Este elencou os pontos abordados no Comitê - financiamentos e recursos de 2004 e perspectiva para 2005. Em termos de orçamento do OGU e do FGTS, há, para 2005, quase 3 bilhões de reais entre os quatro ministérios que tem ações em saneamento ambiental. Informou que o GT Interministerial concluiu os trabalhos sobre a política de saneamento e o marco regulatório e encaminhou o projeto de lei para a Casa

Civil. O Sr. Sergio Gonçalves da SNSA continuou os informes a respeito de um estudo do Governo Federal em parceria com entidades, coordenado pela Fenatec, para a elaboração do “Guia para os Planos Municipais de Saneamento Ambiental”. Leu a seguir as propostas de Resoluções que foram encaminhadas pelo Comitê e após algumas sugestões do Plenário foram colocadas em votação pela Coordenadora e aprovadas por unanimidade (Resoluções nº. 28, nº. 29 nº. 30 - **Anexo IX**). A pedido da Coordenadora, a Presidente Substituta Sra. Erminia Maricato encerrou os trabalhos do dia dizendo que o debate foi um dos melhores já acontecidos no ConCidades, declarou, também, que é melhor ter um menor número de resoluções, com efetividade do que elaborar resoluções que não produzem ações concretas. Informou que o MCidades tem lutado pelo retorno das alíquotas do Cofins aos patamares anteriormente cobrados. No dia seguinte, aos dezenove dias de março de dois mil e cinco reiniciou a quinta reunião do ConCidades sob a presidência do Excelentíssimo Ministro Olívio Dutra, que saudou a todos os presentes e passou a condução da reunião à Secretária Executiva do ConCidades, Sra. Iria Charão. Esta aferiu o quorum e continuando o ponto de pauta sobre o **Relato dos 6 Comitês Técnicos** passou a palavra a Sra. Raquel Rolnik da SNPU que relatou a discussão do Comitê de Planejamento Territorial Urbano, conforme **Anexo X**. Em sua exposição, informou que a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara tem novo presidente e novo relator – Deputados Júlio Lopes (PP/RJ) e Barbosa Neto (PSB/GO) respectivamente. Relatou que na reunião com a CDU, foi acordado seguir o processo em andamento da discussão sobre a Lei 6766/79, ou seja, trabalhar em cima do relatório produzido pelo relator, antes de submetê-lo à votação. Informou sobre o andamento da Campanha Nacional do Plano Diretor e o papel dos núcleos estaduais como articuladores das entidades estaduais e difusores da campanha nacional. O lançamento nacional da Campanha será no dia 17 de maio. Lembrou que na última reunião do Conselho foi votado que o ConCidades emitiria uma resolução para normatizar alguns pontos do Estatuto da Cidade, relativos ao Plano Diretor (PD), tais como - de quem é a obrigatoriedade de fazer o PD, quais municípios estão nessa condição, o que é um processo participativo. Apresentou a proposta de Resolução, que submetida ao Plenário, pela Coordenadora, foi aprovada por trinta e seis (36) votos a favor e uma (1) abstenção (Resolução nº. 25 - **Anexo XI**). A Secretária informou ainda que o Comitê criou um grupo de trabalho para elaborar nova resolução sobre outros pontos que não deu tempo de contemplá-los na resolução aprovada para ser apresentada na próxima reunião do Conselho. Em seguida a Coordenadora pediu ao Sr. José Carlos Xavier da SEMOB para que relatasse o debate do Comitê de Trânsito, Transporte e Mobilidade, que está no **Anexo XII**. Analisou que a essência do que foi discutido no comitê é a mudança de paradigma na questão da mobilidade urbana, pois ela é um instrumento do direito à cidade e deve ser inserido como garantia do direito ao bem-estar social. Nesse sentido, está sendo formulado o Estatuto da Mobilidade Urbana Sustentável. O Sr. Raul Carrion da UVB completou os informes do comitê dizendo que foi assinado convênio entre MCidades, Ministério de Minas e Energia e Petrobrás visando a construção de uma política de transição da atual matriz energética baseada no diesel para uma nova matriz baseada no gás veicular; relatou que o MCidades contratou uma pesquisa em cidades com mais de 60 mil habitantes, para avaliar a situação do moto-táxi. O Comitê sugeriu que o ConCidades fizesse uma recomendação ao Congresso Nacional, no sentido de que, enquanto o MCidades estiver realizando a pesquisa sobre moto-táxi, que não seja votado projeto regulamentando tal serviço; afirmou que o Comitê solicitou ao MCidades que convide para a próxima reunião do Conselho o Presidente da Petrobrás, a Ministra das Minas e Energia e o Ministro da Fazenda ou seus

representantes, a Frente Nacional de Prefeitos e a Confederação Nacional de Municípios para debater propostas de barateamento de tarifas. Leu a Resolução (**Anexo XIII**) elaborada no Comitê. A Coordenadora abriu as inscrições para o debate do Plenário, e o Sr. Fernando Caetano do IEP observou que não notou qualquer menção com o espaço rural. O Sr. José Carlos Xavier da SEMOB respondendo ao conselheiro, disse que quando se fala da mobilidade nas cidades, também há preocupação com a mobilidade das pessoas que estão no cinturão verde das cidades. O Sr. Luiz Herllain da CMP constatou que o comitê tem trabalhado a questão da mobilidade mudando a forma de ver e pensar a geografia brasileira. O Sr. Ubiratan dos Santos da FISENGE atentou ao fato que se atribui toda a responsabilidade, sobre a situação tarifária, ao governo federal, sendo que parte das responsabilidades é competência dos governos estadual e municipal. O Sr. Marcos Bicalho da NTU contribuiu com a discussão dizendo que desde o princípio está se trabalhando em todas as direções, defendendo o barateamento, a racionalização das vias do transporte público, da melhoria da qualidade do serviço em todos os níveis de governo. O Sr. Ricardo Medanha do FNSDTTU avaliou que a falta de efetividade das ações na área de mobilidade foram interrompidas pelo próprio governo federal. O Sr. Antônio de Araújo do MNLM defendeu que todos os atores – usuários, empresários, governos - envolvidos na questão do barateamento das tarifas se coloquem à disposição para encontrar soluções ao problema. A coordenadora colocou em votação a resolução do Comitê de Mobilidade, que foi aprovada por unanimidade. (Resolução nº. 27). A Coordenadora encaminhando o quarto ponto de pauta: **4. Metas do Milênio**, passou a palavra para a Sra. Ermínia Maricato que fez uma exposição sobre as Metas do Milênio e o MCidades, conforme **Anexo XIV**. Logo após foi passada a palavra ao Sr. Fernando Montenegro da SNSA para que apresentasse um pequeno informe sobre Lei dos Consórcios, que foi aprovada no Congresso Nacional e que traz as diretrizes para a formação de consórcios públicos – intermunicipais e estaduais e da União. A seguir a Coordenadora apresentou uma proposta de calendário das próximas reuniões do Conselho – 29 e 30 de junho e 1 de julho, 14 a 16 de setembro e 07 a 09 de dezembro - que foi aprovado por 3 votos contra, 2 abstenções e 31 votos a favor. Com o término dos assuntos em pauta, a Coordenadora passou a palavra ao Presidente do Conselho, Excelentíssimo Ministro Olívio Dutra, que teceu comentários sobre os avanços significativos das proposições feitas pelo Conselho. São questões importantes que estão em debate e que diz respeito a necessidades vividas por milhões de pessoas como é o caso da construção da política de desenvolvimento urbano. Assinalou que na discussão orçamentária – que é uma questão concreta ligada a política econômica do governo como um todo – sempre haverá tensionamento, pois o orçamento do MCidades depende consideravelmente das emendas parlamentares, individuais e/ou de bancadas. Portanto, ressaltou que este debate deve ser aprofundado pela sociedade brasileira. Lembrou que o MCidades não é um executor de obras, mas é um disponibilizador de recursos, um definidor de prioridades de ação, mas o executor de obras é o tomador de recursos que é o ente público municipal, estadual ou as empresas privadas. Constatou que está havendo morosidade quanto ao tempo e ritmo das obras e isso acaba prejudicando a população e elevando o custo da obras, portanto, há que mudar alguns procedimentos. Encerrou falando da – 2ª Conferência Nacional das Cidades e da elaboração dos Planos Diretores – onde a responsabilidade de socializar informações e envolver a sociedade é de todos os conselheiros e conselheiras presentes. Finalizou agradecendo a presença de todos e desejando um bom retorno, com muito trabalho a ser realizado.

